

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA E A PARTICIPAÇÃO DOS EDUCANDOS

Teise de Oliveira Guaranha Garcia

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a importância da participação dos estudantes na organização do trabalho na escola. Tem-se por pressuposto que a implementação da gestão democrática na escola pública necessariamente demanda considerar o papel que os educandos ocupam no processo de organização do trabalho pedagógico. O texto, apoiado em resultados obtidos a partir de pesquisa realizada em uma escola da rede estadual paulista que atende ao ensino fundamental (séries finais) e ensino médio, examina o tema da participação na gestão da escola pública; a participação dos usuários-estudantes na organização do trabalho pedagógico e os resultados de ações de profissionais com vistas à democratização da gestão escolar, especialmente no que se refere ao cumprimento do direito de acesso e permanência na escola. Argumenta-se, finalmente, sobre a importância de serem implementadas políticas consistentes que contribuam para a democratização das práticas escolares.

Palavras-chave: gestão democrática; participação dos estudantes; trabalho coletivo.

Abstract

This article intends to present some reflections on the importance of the students' participation in the organization of the work in the school. It is a presupposition that the implementation of the democratic administration in the public school necessarily demand to consider the part that the students occupy in the process of organization of the pedagogic work. The text, based in obtained results from a research accomplished at a school of the from São Paulo state net that assists to the elementary school teaching (final series) and high school teaching, it examines the theme of the participation in the administration of the public school; the user-students' participation in the organization of the pedagogic work and the results of professionals' actions with views to the democratization of the school administration, especially concerning to the execution of the access and permanence right in the school. It argues, finally, about the importance of the implementation of solid politics that contribute to the democratization of the school practices.

Key-words: democratic administration; the students' participation; collective work

Introdução

O texto apresenta alguns dos resultados obtidos em pesquisa realizada em uma escola da rede estadual paulista. O objeto do estudo foi a participação de educandos em uma escola de Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual no Estado de São Paulo; e o seu objetivo, o exame dos processos que materializavam a participação dos estudantes, tentando verificar as formas existentes e suas relações com os processos pedagógicos.

A questão central que orientou a realização da pesquisa diz respeito a como educadores e educandos constroem espaços democráticos no ambiente em que convivem. Dessa derivam outros questionamentos: Quais são os condicionantes e as conseqüências da participação dos educandos na gestão escolar? De que maneira se podem constituir relações democráticas entre sujeitos em diferentes momentos de construção de sua autonomia? Há implicações pedagógicas?

Para tentar apreender, ao menos parcialmente, esse conjunto de questões, considere o tema da participação dos educandos sob três dimensões inter-relacionadas: a participação e as relações sociais na escola, priorizando as formas de convivência; a participação nos mecanismos de gestão; e a participação nas relações pedagógicas, neste caso, com ênfase na situação de ensino.

Ao realizar essa opção, levei em conta a proximidade entre as relações construídas na escola, as práticas pedagógicas e o funcionamento dos mecanismos de gestão. Examinar separadamente como se manifesta a participação dos educandos nas várias situações vividas no ambiente escolar pareceu-me propiciar melhores condições para verificar as possibilidades de construção da democracia na escola, permitindo que as dimensões da participação pudessem ser mais bem compreendidas.

Adianta-se que o trabalho empírico indicou que as lógicas mobilizadoras da ação na escola pesquisada produziram condições fundamentais para a construção de sujeitos democráticos, pois promoviam o diálogo com os educandos e suas Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

demandas, levando-os a vivenciar situações de pertencimento, elevação da auto-estima e desejo de cooperação e, por vezes, o reconhecimento de sua própria condição de sujeitos de direitos. Observe-se que os processos de apropriação de cultura implicam a apropriação de valores, e estes só podem ser apreendidos se vivenciados. De tal modo que o caráter intrinsecamente democrático da educação manifesta-se nas relações constituídas entre educadores e educandos em todas as instâncias e atividades escolares, compondo um critério relevante para a indicação da qualidade do processo pedagógico.

A qualidade que se tem em vista toma a idéia de sujeito como autor. Nessa perspectiva, a educação de qualidade não prescinde da democracia como expressão de sua dimensão política mais elevada (PARO, 2002). De acordo com o Vitor Paro (2002), para considerar a qualidade da educação, pode-se falar na educação como ação humana na qual a dimensão política é característica intrínseca. Isso porque a definição do homem, em uma perspectiva marxiana, como sujeito histórico, leva a considerar que este se afirma, por meio do trabalho. É na afirmação de sua vontade que o homem histórico cria valores que dão origem a objetivos que ele procura realizar pelo trabalho, fazendo-se sujeito no sentido de autor, de quem atua sobre o *objeto* para realizar a sua vontade, expressa nos valores criados por ele historicamente (PARO, 1986). Como a produção da materialidade humana não pode se dar isoladamente, o homem o faz na relação com os demais seres humanos, relação esta mediada pela divisão do trabalho. É assim que o conceito de homem histórico só pode ser entendido em seu sentido plural. Da necessária convivência entre homens, igualmente portadores de vontade, deriva o conceito mais geral de política como “atividade humano-social com o propósito de tornar possível a convivência entre grupos e pessoas, na produção da própria existência da sociedade”. (PARO, 2002, p. 3)

Não se trata de desconsiderar a política como luta, uma vez que ela compõe a realidade capitalista, mas sim de ampliar os horizontes na perspectiva de conceber a ação política possível

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.67-93.

para além dos antagonismos produzidos em uma sociedade de classes em uma perspectiva de transformação social. A política como democracia, nesses termos, se relaciona diretamente às potencialidades da ação educativa.

Como sujeitos de vontades, os homens se fazem educando-se, decorrendo dessa condição o caráter intrinsecamente democrático da verdadeira educação:

Tendo por fim a produção de sujeitos, a educação só se realiza afirmando essa condição de sujeito do educando, como um ser de vontade, que é o que caracteriza a sua subjetividade histórica; senão o processo não pode realizar-se com êxito, porque fundado em meios que negam o alcance do objetivo [...] Educar-se é, a esse respeito, um verbo reflexivo. O educando, a rigor, nunca é *educado* por alguém, mas sim *educa-se* pela *mediação* do educador. (PARO, 2002, p. 4, grifos do autor).

Mantendo no horizonte essa concepção de educação, justifica-se a preocupação com a participação dos educandos na escola nos mecanismos de gestão, mas também nas relações sociais mais gerais e naquelas mais propriamente pedagógicas. Contribuir para que estudantes sejam sujeitos se educando é, nessa acepção, instituir mecanismos democráticos de gestão; mas vai além, pois diz respeito ao estabelecimento de relações democráticas dentro e fora das salas de aula, nos processos pedagógicos e de convivência social.

Nos limites deste artigo serão abordadas as características da escola pesquisada que permitem a expressão de demandas dos estudantes, sobretudo nos espaços de tomada de decisão, e sua incidência sobre a organização do trabalho. Antes, porém, é feita uma breve contextualização do tema gestão democrática da escola pública, com o intuito de apresentar as dificuldades na ampliação da participação dos usuários. Para tanto, recorre-se a pesquisas que abordam o tema e a descrição de iniciativas políticas, destacando-se a reforma na rede estadual de ensino de São Paulo, uma vez os dados coletados referem-se a esta realidade.

A gestão democrática da escola pública e a participação dos usuários

Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

A participação dos usuários na gestão escolar torna-se parte importante do debate nacional sobre a democratização da educação, sobretudo a partir do processo desencadeado pela “transição democrática” iniciada no final dos anos 1970.

É importante considerar, entretanto, que o tema está presente no ideário pedagógico brasileiro desde pelo menos a segunda década do século XX (SPOSITO, 1990). Nos anos setenta a integração entre escola e usuários ganhou o caráter de obrigatoriedade sob o regime autoritário, passando a ser compulsória, como o demonstra a criação das Associações de Pais e Mestres em São Paulo (APMs) que, apesar de terem objetivos declarados como de natureza educativa, vincularam-se fortemente a atividades relacionadas à captação e utilização de recursos financeiros. (BUENO, 1987)

Contemporânea às APMs foi a criação dos Centros Cívicos Escolares: agremiações com a função explícita de “formar civicamente os estudantes” sob o controle de um professor coordenador, escolhido pela direção da escola, ambos, por sua vez, agindo sob controle dos órgãos superiores. Neste caso, a participação prevista limitava-se a ações orientadas por professores, de forma alguma pressupondo a presença de estudantes em qualquer processo decisório.

As lutas pela redemocratização política irão trazer novos conteúdos para a temática da participação na gestão escolar. A exemplo de outras associações, a Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), incluiu em sua pauta de reivindicações, já ao final dos anos 1970, a democratização da gestão escolar (PERALVA, 1992). A Apeoesp foi importante influência na aprovação do Estatuto do Magistério (Lei 444/85)¹, no qual o artigo 95 instituiu os Conselhos de Escola

¹ Governava o Estado André Franco Montoro, primeiro governador eleito após o Golpe Militar de 1964, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

de natureza deliberativa, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar².

A organização dos estudantes nas escolas de Educação Básica (1º e 2º graus) deixaria, em 1985, de ter o caráter de obrigatoriedade dos Centros Cívicos Escolares para poder constituir-se, por meio de grêmios livres, a partir da publicação da Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985. A lei não prevê a obrigatoriedade de instalação de Grêmios nas unidades de ensino, ficando a cargo dos sistemas estimular a sua implementação.

Derna Pescuma (1990, p. 122), em estudo sobre a organização dos Grêmios Estudantis, verifica que na rede pública estadual de ensino paulista, apesar de algumas medidas de caráter pretensamente estimulador, a implantação dos grêmios escolares após a aprovação da Lei Federal não contou com apoio nítido das administrações. Estas se restringiram, segundo a autora, a “assumir uma postura demagógica [...] conclamando os estudantes a instalarem grêmios em suas escolas”. A autora faz referência aos Comunicados emitidos pela Secretaria de Estado da Educação entre 1986 e 1987 (Comunicado SE, de 26 de setembro de 1986 e Comunicado CEI-COGSP, de 27 de novembro de 1987) e a organização de encontros estaduais de grêmios estudantis. A pesquisa de Pescuma revela ainda as resistências no âmbito das unidades de ensino à implementação dos grêmios, tal como o observado por outros pesquisadores em relação à participação de pais.

Estudos realizados em escolas da rede pública recuperam a presença das demandas por participação, traduzidas em práticas de gestão, como o demonstra Marilene Rebello Proença de Souza (1991). A autora encontra estreita relação entre a defesa da participação, a militância sindical dos professores e a instauração

² A produção acadêmica, cuja temática é a democratização da gestão escolar nesse período e início dos anos 1990, envolvendo pesquisas que discutem políticas e as práticas nas unidades de ensino, é relativamente extensa. Elie Ghanem Junior (1995) registra, em levantamento bibliográfico, mais de cem pesquisas e artigos sobre o tema.

de práticas que visam a alteração das relações de poder e da estrutura pedagógica escolar.

Em 1988, pela primeira vez na história constitucional brasileira, com a aprovação da Constituição Federal (CF/88), a educação é integrada aos direitos sociais (OLIVEIRA, 2001). Encontra-se, dentre os princípios constitucionais presentes no capítulo referente à educação, a gestão democrática da escola pública (Art.206, Inciso VI). Portanto, em termos legais, os investimentos políticos na perspectiva da democratização da educação resultaram em uma série de dispositivos que consubstanciaram a participação como algo que, em tese, integra a educação básica nacional.

Embora a legislação possa exigir que as escolas constituam mecanismos coletivos de gestão, como o Conselho de Escola, nos quais os usuários devem estar representados, tentativas de exercer o direito legal de participar, exigem dos usuários grande esforço para enfrentar o conflito com diretores e professores, como já ficara explicitado em estudos desde os anos 1980 (CAMPOS, 1982; AVANCINE 1990). Também Sposito (1993) examinando as formas de interação entre escola e usuários, verificou a despolitização da relação e a forte tendência à manutenção de uma participação incapaz de incorporar usuários como sujeitos nos processos de tomada de decisão. Algumas iniciativas por parte de administrações públicas, entretanto, caminham em sentido oposto.

No município de São Paulo, por exemplo, durante a gestão Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (1989-1992), foram implementadas políticas indutoras da ampliação da participação envolvendo a descentralização e a autonomia, especialmente a autonomia pedagógica. Tais políticas, embora não isentas de contradições e enfrentando as resistências típicas dos agentes escolares, podem ser avaliadas como um esforço efetivo do poder público na democratização do ensino. A experiência é analisada

por pesquisadores³ sob seus vários aspectos, levando a considerar que, embora seja um desafio ainda não superado, a gestão democrática da escola quando tomada como um eixo político seriamente assumido pelo poder público, pode vir a produzir alterações nas relações escolares, bem como na qualidade de ensino.

Os anos noventa, entretanto, caracterizam-se por uma alteração na correlação de forças entre setores progressistas e conservadores, produzindo uma “inflexão neoliberal” com efeitos sobre as políticas educacionais (OLIVEIRA, 2001). A implementação de reformas no campo educacional, recontextualizam as idéias de participação, autonomia e descentralização, transferindo-as de uma plataforma progressista para uma lógica administrativa gerencial no setor público⁴.

No Estado de São Paulo, no início de seu primeiro mandato, Mário Covas, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), torna público, com o Comunicado de 23 de março de 1995, o documento intitulado *Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo, no período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998*.

As *Diretrizes* iriam demarcar um momento de mudanças acentuadas na organização da rede estadual de ensino. Diagnosticando a crise vivenciada na educação pública como uma crise envolvendo a eficiência e a eficácia do sistema, o documento estabeleceria as orientações gerais de mudanças nos chamados “padrões de gestão”. O documento aponta como a grande diretriz na educação a “revolução na produtividade dos recursos públicos que, em última instância, deverá culminar na melhoria da qualidade do ensino”. A lógica apresentada é produzir políticas que

³Gal (1999); Ramires (1998); Andrews (1999); Patrão (1997); Araújo (1997); Ciseski (1997); Camargo (1997); Santos (1997); Adrião [Pepe] (1995); Córdova (1994), entre outros.

⁴ Nos limites deste artigo não é possível aprofundar a análise sobre a reforma do Estado brasileiro e a implementação de padrões gerenciais de administração. A esse respeito consultar PERONI, 2001. Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

racionalizem gastos, reajustem o papel do Estado, redistribuam responsabilidades e, por fim, produzam uma nova qualidade de ensino, entendida como conseqüência dessas ações. Da “grande diretriz” decorrem outras duas, entendidas como complementares e fundamentais: a reforma e racionalização da estrutura administrativa e as mudanças no padrão de gestão.

Em estudo sobre a política educacional no Estado de São Paulo durante o período 1995-1998, Edaguimar Orquizas Viriato (2001) identifica o que denomina “desconstrução da Escola pública”. A autora situa quatro pontos por meio dos quais tal processo está sendo implementado: medidas e projetos com caráter mercadológico; descentralização, autonomia e participação sob a ótica da descentralização de responsabilidades no financiamento, centralização do controle e participação entendida como parceria, cabendo à comunidade a responsabilização pela manutenção do ensino público; administração pública gerencial; e, finalmente, o impacto negativo das medidas da SEE nas escolas, percebido pela autora no abandono do espaço escolar, nas dificuldades de professores e gestores e nas salas de aula superlotadas. (VIRIATO, 2001)

No plano nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) irá delimitar timidamente o princípio da gestão democrática ao ensino público (Art.13), delegando a cada sistema de ensino a sua normalização. No Estado de São Paulo, as políticas já mencionadas não irão produzir nenhuma novidade em relação à democratização da gestão escolar. Permanece intocada a estrutura do Conselho de Escola, verificando-se, em contrapartida, todo um conjunto de ações políticas fortalecedoras das Associações de Pais e Mestres. (ADRIÃO, GARCIA, COSTA, 2006)

Uma vez apresentado, ainda que brevemente, o histórico de tendências das políticas públicas no movimento de dos usuários como sujeitos na gestão escolar, apresenta-se como esse contexto é vivenciado por profissionais e estudantes em uma escola pública da rede estadual de ensino.

A participação dos educandos e a organização do trabalho na escola

Na educação básica encontramos uma situação peculiar nas relações estabelecidas entre profissionais e usuários. Trata-se da vivência entre sujeitos que se encontram em diferentes momentos da vida: são adultos, crianças ou jovens, com suas experiências e expectativas diferenciadas, construindo padrões de relacionamento. Desse ponto de vista, examinar a participação dos educandos requer considerar a atuação dos profissionais, pois são estes os mediadores no processo pedagógico e responsáveis últimos por iniciativas de qualificar a organização do trabalho na escola.

Para realização da pesquisa considerou-se a elaboração de Justa Ezpeleta (1992), que procura explicitar a administração e o processo pedagógico ao discutir o conceito de "gestão pedagógica" sublinhando o necessário vínculo entre a organização do trabalho escolar e o ato pedagógico. A escola, afirma a autora, é o lugar em que administração e currículo se encontram, não na suposta harmonia normativa, mas nas tensões entre "atores e relações que, em circunstâncias precisas e condições materiais diversas, organizam e desenvolvem sua atividade". (EZPELETA: 1992, p. 105).

A autora observa que nesse processo se constroem necessariamente estratégias para a ação, porque a realidade introduz conflitos e exige a reconstrução de normas de maneiras diversas e simultâneas. A gestão é processo mediador, envolvido em uma complexa dinâmica de ações, cujos objetivos se encontram na prática pedagógica.. Assim, os processos administrativos refletem-se na organização concreta do currículo e na situação de ensino, não de maneira linear, mas necessariamente como síntese resultante da tensão produzida pelo desejado, ou normalizado, e o vivido. (EZPELETA, 1992)

Na escola pesquisada, tal movimento complexo torna-se perceptível na medida em a organização do trabalho reflete as intencionalidades dos profissionais, ao mesmo tempo em que vai

sendo delimitada participação dos estudantes nos mecanismos de gestão.

A pesquisa implicou procedimentos de observação, realização de entrevistas e análise documental, considerando-se o que ocorre no ambiente escolar como fenômeno não isolado, mas como algo que nas suas determinações e condicionamentos imediatos insere a escola em um movimento histórico amplo, mas como singularidade, versão local desse mesmo movimento (EZPELETA, ROCKWELL, 1989). Nesse mesmo sentido visualizou-se a escola como local em que sujeitos a reproduzem e recriam, embora em relação com as orientações externas, expressas na legislação que normaliza seu funcionamento (LIMA, 1998).

Licínio C. Lima afirma que há uma complexidade nas relações entre as instâncias administrativas e a escola que possibilitam proceder à análise “sem ignorar assimetrias de poder e relações de subordinação, mas igualmente sem condenar as organizações e os actores escolares à reprodução normativa e à aquiescência passiva” (1998, p. 582). Segundo Lima,

[...] as organizações são sempre pessoas em interação social, e porque os actores escolares dispõem sempre de *margens de autonomia relativa*, mesmo quando a autonomia das escolas não se encontra juridicamente consagrada e formalmente reconhecida e regulamentada. E, assim, os actores escolares não se limitam ao cumprimento sistemático e integral das regras hierarquicamente estabelecidas por outrém [...] (1998, p. 582).

A organização administrativa escolar, mesmo sendo igual para todas as escolas de um mesmo sistema, não representa necessariamente que todas as unidades sejam reflexos fiéis de orientações externas. Há um espaço de construção de sociabilidade na unidade escolar que lhe configura características próprias (CANDIDO, 1985). Seguindo essas perspectivas, o que se buscou foi compreender como, em face da realidade imposta pela política educacional implementada pela Secretaria de Estado da Educação, puderam profissionais e estudantes constituir espaços de participação.

A realização da pesquisa

Para abordar o tema proposto, o primeiro procedimento foi a escolha de uma escola na qual houvesse algum indício de participação dos educandos. Tomei por hipótese que a existência de um grêmio poderia ser um indicador inicial de que haveria na situação escolar pelo menos um ambiente favorável à participação dos estudantes. Uma segunda referência seriam indicadores do funcionamento de mecanismos coletivos de gestão, como o Conselho de Escola.

Desde o início do processo de pesquisa, as características específicas da escola foram evidenciadas. Situada em uma periferia da Grande São Paulo, local reconhecidamente violento, a escola escolhida já havia sido objeto de pesquisa por duas vezes. Em ambos os casos, os estudos trataram de temáticas relacionadas à violência. Em uma delas, o objeto central foi a violência local e a organização da escola (MARTINS, 2000); o segundo estudo versava sobre a violência no cotidiano infantil e as possíveis influências de programas televisivos (MEDEIROS, 1999). Os profissionais da escola, portanto, experientes na realização de pesquisas na unidade, apresentaram-me uma seqüência de procedimentos para que pudesse realizar o trabalho: apresentação do projeto em reunião de professores, no Conselho de Escola e ao Grêmio. Desde a primeira visita o procedimento foi-me apresentado pelo próprio diretor em exercício⁵, afirmando este que não poderia assumir individualmente a autorização para que se realizasse mais uma pesquisa na escola.

O Conselho de Escola, para o qual foi apresentado o projeto, mantinha o número máximo permitido de integrantes pela legislação: 40 pessoas. Os alunos membros eram 12, dentre os quais a maior parte compunha o Grêmio Estudantil.

O Grêmio regularmente não tem papel na gestão escolar, no entanto, as observações indicaram que a participação dessa

⁵ Não havia diretor concursado na escola. O diretor era um professor da unidade, indicado informalmente pelos professores e designado para ocupar a função pela Diretoria de Ensino. Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

organização na tomada de decisões era constante e estimulada por um grupo de professores. Os componentes do Grêmio eram solicitados com frequência a participar na organização das atividades da escola e tinham representação nas reuniões regulares de professores.

É importante registrar que dentre os profissionais que trabalhavam na escola, atuavam militantes e lideranças do movimento sindical docente, alguns dos quais atuando em partidos políticos de esquerda. As rotinas nas reuniões e assembleias realizadas na escola, refletiam em muito a experiência política desses profissionais, a exemplo das Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) que compõem a jornada docente.

As reuniões em HTPC destinam-se, usualmente, a discussões voltadas à organização do trabalho pedagógico ou a formação. Na escola pesquisada, porém, tais reuniões, ganharam caráter deliberativo, funcionando como pequenas assembleias que ocorriam pelo menos três vezes por semana.⁶ Dessas reuniões participavam estudantes, mas não com regularidade, tendendo a acontecer quando havia alguma proposta a apresentar ou reclamação a ser feita. Dentre os participantes o mais comum era que os representantes do Grêmio fossem os mais presentes.

Os mecanismos coletivos de gestão na escola diferenciavam-se daqueles normalmente verificados em unidades escolares da rede estadual de ensino de São Paulo, pois se estruturavam com uma intensa participação, especialmente de professores e estudantes, além da produção de instâncias deliberativas não previstas legalmente. Nessas instâncias eram encaminhadas algumas decisões que incidiam diretamente sobre a organização do trabalho. Alguns desses episódios e procedimentos, com o objetivo de melhor caracterizar a escola, são descritos a seguir.

⁶ Além das reuniões mencionadas os professores, na escola pesquisada, organizam-se em comissões que cuidam da utilização de recursos, compra de material e organização das atividades.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.67-93.

O cotidiano da gestão escolar

A merenda, quando havia o suficiente, era compartilhada com meninos e meninas que permaneciam encostados nas grades do pátio da escola. Para uma funcionária da cozinha essa era uma prática comum: “eu nem me lembro quando começou, só sei que, se sobra merenda, a gente dá”. Os depoimentos convergiam em relação aos motivos que levaram o grupo a decidir por distribuir a merenda: o número de meninos que tentava invadir a escola durante os recreios era grande. Segundo o professor coordenador do período noturno: “(...) ou eles entravam pelo portão, ou eles entravam de forma mais violenta. Estouravam a escola e entravam”.

A forma encontrada para “organizar” a entrada dos garotos foi permitir que entrassem na escola após o término dos intervalos, quando então recebiam merenda. Esta não foi uma decisão tranquila, sendo tomada por meio de votação em reunião de professores, com participação de estudantes.

Após algum tempo a experiência se esgotou. Para um professor da escola isto ocorreu devido à falta de funcionários. A entrada de não-alunos foi interrompida, mas eles continuaram a receber a merenda pelas grades.

A prática de distribuição de merenda gerava diferentes compreensões entre as pessoas da escola, algumas a entendendo como solidariedade para com a população local, enquanto outras consideram-na uma medida assistencialista. A medida, tomada com o objetivo de conter a violência sobre a escola, na forma de depredações e invasões, parece mesmo ter caráter assistencialista. Entretanto, é necessário considerar a opção realizada por educadores e estudantes diante do ato violento. Mais comum do que reconhecer suas razões, no caso a fome que ronda a escola, tem sido a implementação de medidas que implicam o maior isolamento da unidade escolar.

Outro encaminhamento diferenciado diz respeito à utilização do espaço físico da escola fora dos horários de aula, desde alguns anos antes que fossem instalados programas Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

destinados ao uso do espaço pela comunidade. Aos sábados à tarde algumas salas de aula eram abertas para que ocorressem aulas “pré-vestibulares”, ministradas pelos próprios professores da escola. Os professores alternavam-se para ministrar as duas aulas semanais de cada turma. Diferentemente da distribuição de merenda, que em um determinado momento foi objeto de discussão, implicando uma decisão formalmente tomada por meio do voto, os cursos foram fruto de uma “vontade” em atender a algumas demandas dos estudantes e ex-alunos.

A aceitação de matrículas, mesmo quando o candidato à vaga estava fora da idade regular, foi outra prática observada na escola. Os professores diziam incentivar o ingresso de garotos que “apareciam” nos arredores do prédio escolar e não estavam estudando. Matrículas de adultos no Ensino Fundamental ou médio também eram aceitas. A escola recebia, ainda, alunos transferidos de outras unidades por motivos diversos, dentre eles a indisciplina. Sobre a aceitação de ex-alunos de outras escolas, o caso de uma aluna, matriculada na 7^a.série do Ensino Fundamental parece ser bom exemplo. Transferida de sua escola de origem, mesmo morando mais perto de outras unidades escolares, só conseguiu vaga na escola pesquisada. Assim relata o processo:

“Lá [na escola de origem] eles colocaram um rótulo em mim, tudo que acontecia era eu, mesmo que não tivesse sido. E eu já tinha assinado livros, tomado suspensão, aí me deram a expulsão e me jogaram para cá.”

Convém observar que a aceitação de matrículas de alunos transferidos compulsoriamente é responsabilidade do sistema de ensino. Dessa maneira, a escola não realizava nada além do cumprimento da lei. Esta prática certamente revela muito sobre o seu contrário: o caráter seletivo que algumas escolas costumam ter, o que contraria a função da escola pública e a garantia do direito constitucional de acesso e permanência no ensino⁷.

⁷ Apenas para efeito de observação, o Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 é claro quando, em seu inciso I, estabelece como um dos princípios da educação nacional o direito de igualdade de acesso e

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.67-93.

A escola mantinha, ainda, um período nas primeiras semanas de aula para que os estudantes pudessem trocar de turno ou apenas mudar de classe. Segundo o diretor, isso era feito para que amigos, parentes e namorados pudessem estudar juntos. Colocava-se também, no período noturno, o problema de segurança. O entorno da escola apresentava áreas de maior violência, o que levava os estudantes do noturno a deixar a escola em grupos. As trocas de classe, neste caso, eram realizadas mediante os trajetos entre a escola e as residências. Outra possibilidade de permuta era quando o estudante do ensino médio trabalhava em sistema de rodízio de turnos, neste caso, poderia freqüentar as aulas segundo seus turnos de trabalho.

Alguns estudantes matriculados em outras unidades de ensino tentavam transferir-se para a escola pesquisada exatamente por não conseguirem na própria unidade de origem, mudar de horário quando encontravam algum tipo de trabalho. A dificuldade maior era o emprego temporário. Muitas vezes não havia como comprovar a atividade. As alegações das escolas, segundo os estudantes, referiam-se à ausência de vagas, notadamente no período noturno

Importa aqui ressaltar que os remanejamentos que ocorriam por diferentes razões (afinidades, horário de trabalho, segurança) eram realizados segundo critérios definidos pelos estudantes e reconhecidos pelos profissionais como legítimos, contrariando o senso comum que privilegia a homogeneização dos grupos como forma de buscar-se maior disciplina e qualidade de ensino.

O reconhecimento da legitimidade das demandas dos alunos, reproduzia-se na aceitação de estes permanecessem na escola fora de seus horários de aula. Por inúmeras vezes foram observados estudantes em diferentes atividades: conversando com

permanência na escola. Dessa maneira, não selecionar estudantes corresponde ao simples cumprimento do referido artigo. Impedir a matrícula ou condicioná-la ao histórico do estudante corresponde, portanto, ao descumprimento da lei.

Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

professores, assistindo aulas, consultando materiais na biblioteca ou ajudando em alguma das atividades da escola. Os que compunham o grêmio, especialmente, permaneciam por vezes o dia inteiro na escola.

Ao explicar o porquê de permanecer tanto tempo na escola, um dos alunos entrevistados assim justificava: “porque em casa é tudo parado, tudo parado. Aqui não, aqui você já conhece os amigos, aqui eu conheço praticamente todo mundo. De manhã, à tarde e de noite.”

É possível questionar se a escola realmente tem capacidade para suprir tantas demandas. No entanto, o fato de os educadores não as desconhecerem e de alguma maneira buscarem estabelecer alguma forma de contato entre as necessidades dos educandos e a instituição escolar tem significados importantes para a construção de relações democráticas e instauração do diálogo com os usuários.

É importante considerar o caráter original do conjunto de ações observadas e as perspectivas que se abriam à atividade educacional quando os estudantes se sentiam acolhidos no ambiente de escolar. Considerada a realidade da maioria das escolas públicas, o que a escola pesquisada conseguia promover é importante para que qualquer processo educativo possa a vir a ser bem sucedido na perspectiva da formação de sujeitos democráticos: a importância do acolhimento, que pressupõe a aceitação do outro como sujeito.

A fala de uma estudante parece oferecer a dimensão da importância de a escola acolher os educandos. Diz ela: “...então, se você vai na escola em que você não é entendido, não é ouvido, então você vai sair pior do que você entrou...”

O verbo acolher significa, *dar acolhida, receber, atender e, ainda, dar créditos, dar ouvidos, admitir, aceitar, receber, tomar em consideração*. Do ponto de vista daquele que é acolhido significa *amparar-se, refugiar-se, abrigar-se* (FERREIRA, 1986). Esses significados parecem relevantes, quer para a realização da educação escolar de um modo geral, quer do ponto de vista das condições específicas dos estudantes da escola pesquisada, para

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.67-93.

os quais amparar-se era necessidade até mesmo de sobrevivência, como o percebiam os profissionais.

A dinâmica escolar produz assim resultados importantes do ponto de vista da relação entre educadores e educandos, uma vez que os estudantes sentem-se *acolhidos* na escola, manifestando desejo de nela permanecer, condição primeira para que os processos pedagógicos sejam bem sucedidos e para que ocorra a participação. As ações, em seu conjunto, podem ser vistas como reação às necessidades concretas de educandos e educadores; porém entende-se que conferem à escola características que permitem compreendê-la como tendendo a organizar-se democraticamente, produzindo, ainda, a de os estudantes atribuírem significados relevantes à participação.

A participação, em sentido primário, *fazer parte*, pode ser vista como elemento constitutivo do homem. Segundo Juan E. Díaz Bordenave (1994) a participação é muito mais que instrumento para solução de problemas, mas “*uma necessidade fundamental do ser humano*”.(p. 16, grifos no original):

A idéia de *fazer parte e pertencer* é importante para os estudantes na escola pesquisada, como mostra o depoimento de uma aluna ao referir-se a sua participação no grêmio. Diz ela que é um “prazer enorme de sentir que o aluno quer participar do grêmio. Tipo assim, você é aluno, você quer entrar no grêmio, você pode entrar em qualquer hora, todo mundo na escola sabe disso”.

Outros depoimentos de estudantes confirmam a importância da participação nas atividades escolares. É relevante destacar a importância da participação para esses jovens na perspectiva de pertencer a um grupo e fazer coisas que possibilitem atuar coletivamente no espaço escolar.

O *direito* a compartilhar do poder na escola parece também constituir um significado importante, especialmente para os estudantes que participam do grêmio. Os mais participativos, a julgar pelas observações e depoimentos, manifestavam convencimento de que a escola não é gerida por uma só pessoa, expressando suas demandas e localizam as instâncias nas quais devem se manifestar, o que sem dúvida representa importante Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

aprendizado para a vida democrática. A esse respeito, assim se manifesta um estudante, membro da diretoria do grêmio:

"É sindicato dos alunos. Dois ou três que representam a escola (está muito nervoso ao falar, sua voz é trêmula). É igual a um sindicato, representa. Briga pelos direitos dos alunos. E qual é o direito? Coisas melhores para os próprios alunos, ajudar os professores, criar coisas melhores para a escola como a ampliação da sala do grêmio, para a pessoa ficar jogando, ter uma recreação para os alunos". (R., dezesseis anos).

A participação no Conselho de Escola, no Grêmio e nas reuniões regulares pode ser compreendida como uma importante ferramenta na formação dos educandos. A esse respeito, Ramires (1998) em estudo sobre a participação estudantil em Conselhos Escolares, acentua a função formativa de tal experiência, possibilitando aos educandos a aprendizagem de noções de direito e o exercício do estabelecimento de metas que visem ao bem comum (RAMIRES, 1998).

Um outro significado relevante é encontrado nos depoimentos dos educandos quando relacionam sua participação à conquista do respeito alheio. A importância de *ser respeitado* aparece no depoimento de um estudante do Ensino Fundamental como conseqüência de seu envolvimento com as atividades da escola. Afirma ele : "...na rua eu às vezes fico com a garganta seca, de tanto que eu falo oi na rua. A escola toda conhece o grêmio, a escola toda. Manhã, tarde e noite".

Destaca-se, finalmente, um outro significado detectado nas observações e depoimentos: a *cooperação*. De um modo geral, a cooperação dos educandos como recurso no enfrentamento das dificuldades oculta deficiências presentes no próprio sistema de ensino, como a falta de funcionários ou a fragilidade vivida no ambiente escolar. Há que se considerar, no entanto, sua potencialidade no processo educativo. Nessa perspectiva, a participação parece ganhar relevância para a educação escolar, uma vez que parece ter grande importância nos depoimentos registrados atuar solidariamente com os professores na organização da escola.

Uma das formas de cooperação dos estudantes para com a escola parece ser suprir as dificuldades produzidas pela ausência de funcionários, mas também pela falta de vínculos que os trabalhadores temporários têm com os alunos. O professor coordenador do período diurno, quando fala sobre as funções do grêmio, diz que "o grêmio é para ajudar a escola, porque às vezes eles têm mais jeito para falar com os outros alunos".

A cooperação implica não somente atividades de ajuda nas rotinas escolares, mas o exercício de disciplinamento dos alunos, até mesmo com certos riscos. Um dos estudantes do ensino médio, diz o que acontece quando encontra meninos usando drogas na escola:

"De vez em quando, quando eles tão no banheiro, eu dou um toque pra eles – ó vocês não fuma aqui que vai viciar esses moleques, aí eles pega... eles se conscientizam: 'tá certo, você tá certo'. Aí eles vão lá pra trás da escola [...] De vez em quando não dá para evitar. Eles fumam maconha e ficam loucos, aí aprontam demais, querem entrar para cá (corredores das salas de aula) e a gente tem que correr atrás".

Essa concepção de "grêmio cooperador" não é compartilhada entre os professores, principalmente os mais antigos. O professor de Língua Portuguesa é um dos que discordam da prática de cooperação do grêmio. Entende o grêmio como instância de participação política: "Hoje os diretores controlam os grêmios. A FDE [Fundação para o Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada à SEE] tem um setor que cuida de cantinas, outro que cuida dos grêmios com a orientação de atrelar ao Estado. Grêmio não é para fazer festinha. O centro deve ser a participação política dos alunos, a relação entre escola e sociedade, processo de politização".

A observação do professor remete a um significado para a participação relacionado ao movimento estudantil que não parece muito claro aos educandos, uma vez que estes relevam outros aspectos para a sua participação na escola. De um modo geral, a cooperação dos educandos como recurso no enfrentamento das dificuldades oculta deficiências presentes no próprio sistema de Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

ensino, como a falta de funcionários ou a fragilidade vivida no ambiente escolar diante do problema representado pelo consumo e pelo tráfico de drogas. No entanto, se no contexto pesquisado, essa cooperação encerra contradições, isso não elimina a importância de constituí-la como um significado relevante à participação.

Considerações finais

Nos limites deste artigo não é possível discutir as relações pedagógicas constituídas em sala de aula. Restringindo a reflexão à participação dos educandos nos mecanismos de gestão e os esforços para atender suas demandas, no entanto, é possível verificar o potencial transformador na organização curricular quando se trata de promover a democratização da gestão e a participação dos estudantes.

Os significados atribuídos pelos educandos à participação, embora não correspondam às perspectivas de muitos dos educadores na escola, parecem advir, em grande medida, do empenho desses mesmos educadores em *acolher* as demandas dos estudantes. Esse acolhimento, ao responder às necessidades manifestadas, promove o reconhecimento de que há a necessidade, especialmente entre os jovens, por modificações de qualidade na escola, por alterações em suas práticas, pela abertura ao diálogo e à participação, produzindo conseqüências no projeto vivido, dentre elas a flexibilização na organização do cotidiano.

Como afirma Mariano Enguita (2004) “flexibilidade quer dizer a capacidade de transformar a si mesmo, de se reorganizar, se for preciso, para alcançar os fins propostos” (p.101). A escola, segundo o autor, experimenta a flexibilidade quando substitui a rigidez dos horários, quando experimenta a realização de projetos, quando ousa com novas formas de agrupamento de alunos. (FERNÁNDEZ ENGUITA, 2004)

Os procedimentos verificados quando se tratou de lidar com remanejamentos e matrículas, remetem a considerar que a

relação das escolas com as normas produzidas externamente pelos órgãos superiores assume, sob muitos aspectos, o que Licínio C.Lima designou como *infidelidade normativa*, como um contraponto ao excesso de normas que não propiciam o alcance dos objetivos internos da organização. Trata-se de, mesmo conhecendo a norma, realizar-se uma *fuga* das mesmas a fim de atender as necessidades vividas no cotidiano, o que resulta na produção de novas regras, porém, tendencialmente mais adequadas às demandas. (LIMA, 2001). Em face das orientações da Secretaria de Estado da Educação e das práticas já instauradas nas escolas, o que se verifica é que a ampliação da participação requer da escola a produção de novas regras e novas condutas.

Nas condições produzidas pelo contexto social, pelas relações (tensas) estabelecidas com o ambiente legal instaurado pelos órgãos superiores, os esforços empreendidos no cotidiano da gestão escolar instauram o lugar social dos estudantes como sujeitos portadores de direitos e legitimidade.

A concepção de democracia orientadora das lógicas de ação parece centralizar-se na distribuição de poder e na construção de práticas participativas em oposição às políticas implementadas pela Secretaria de Estado da Educação que, claramente, têm, nos últimos anos, contribuído para a redução de possibilidades de democratização na escola, o que já foi objeto de exame neste trabalho. Os educadores empenham-se com firmeza em conquistar espaços de autonomia na escola e conseguem produzir efetivamente uma escola mais participativa do que as possibilidades oferecidas pelo Estado poderiam sugerir.

Considera-se, finalmente, que a experiência estudada, em suas contradições, remete à necessidade de políticas públicas que de fato se comprometam com a gestão democrática da educação e da escola, produzindo condições favorecedoras à exploração da potencialidade transformadora da instituição escolar.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO [PEPE], T. M. F.. **A gestão democrática nas escolas da rede municipal de São Paulo: 1989-1992**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ADRIÃO, T. M. F.. **Autonomia monitorada como eixo de mudança: Padrões de gestão do ensino público paulista (1995-1998)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; COSTA, A.C. O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão escolar. In.: PERONI, V.M.V., BAZZO, V.L., PEGORARO, L. (Orgs.) **Dilemas da Educação Brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 159-178.

ANDREWS, C. W.. **Fatores promotores da participação da comunidade nas escolas públicas**. Um estudo dos procedimentos de gestão em escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAUJO, E. M. T.. **Os mecanismos de ação coletiva na gestão da escola pública**. São Paulo. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AVANCINE, S. L.. **Daqui ninguém nos tira: mães na gestão colegiada da escola pública**.1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BUENO, B. A. de B. O. **As Associações de Pais e Mestres na Escola Pública do Estado de São Paulo (1931-1986)**. 1987. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992)**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.67-93.

CAMPOS, M. M. m.. **Escola e participação popular: A luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo**. 1982. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CISESKI, A. A.. **Aceita um conselho?** Teoria e prática da gestão participativa na escola pública. 1997.Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÓRDOVA, R. de A.. **Educação, instituição e autonomia**. Uma análise da gestão educacional no município de São Paulo no período 1989/1992. 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo.

DIÁZ BORDENAVE, J. **O que é participação**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos, no 85).

FERNÁNDEZ ENGUITA, M.**Educar em tempos incertos**. Porto Alegre, 2004.

EZPELETA J. Momentos de la investigación. Problemas y Teoría a propósito de la gestión pedagógica. In:_____ y FURLÁN, Alfredo. (Org.) **La gestión pedagógica de la escuela**. Santiago, Chile: UNESCO/OREALC, 1992, p. 101-224.

EZPELETA J., ROCKWELL, E.. **Pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora: Editora Autores Associados, 1989.

FERREIRA, A. B. de H.. **Novo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 2 ed revista e ampliada. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986.

GAL, M. L. G.. **Conselho de Escola: A participação da comunidade na gestão administrativa e pedagógica da Escola Pública Paulista de 1º grau**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

GHANEM JÚNIOR, E.. Os grêmios livres e o movimento secundarista. In: **Cadernos CEDI**. São Paulo, n.19, janeiro, 1989.

Teise de Oliveira Guaranha Garcia. A organização do trabalho na escola...

GHANEM Júnior, Elie George Guimarães. **Lutas Populares, gestão e qualidade da escola pública.** 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, L. C. **A Escola como organização e a participação na organização escolar.** Um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988). 2. ed. Braga: Universidade de Minho. Instituto de Educação e Psicologia. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1998.

MARTINS, R. S. O. **O silêncio e o diálogo no ciclo da violência.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo.

MEDEIROS, A. C.. **A violência no cotidiano das crianças.** A Televisão e a influência dos super-heróis: heróis, heroínas, vilões e vilãs. São Paulo: Edições AbreOlho, 1999.

OLIVEIRA, Portela Romualdo. Reformas Educativas no Brasil na década de 90. In:CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela, ADRIÃO, Theresa (Orgs.) **Gestão, Financiamento e Direito à Educação:** Análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001, p.15-43.

PARO, V. H.. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados,1986.

PARO, V. H.. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v28, no.2, jul./dez.2002, p.11-24..

PATRÃO, M. C. **Tecendo uma idéia de participação a partir de sua representação em coordenadores pedagógicos.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERALVA, A. **Reinventando a Escola:** A luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática. 1992. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERONI, V.M. V.. **A redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2001.

PESCUMA, D.. **O Grêmio Estudantil: uma realidade a ser conquistada.** 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro.* São Paulo, Paz e Terra, 2000.

RAMIRES, J. M. S.. **A participação do aluno no conselho de escola na rede municipal de ensino em São Paulo e a formação da cidadania.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, M. A.. **Educação e democracia no governo democrático-popular da cidade de São Paulo (1989-1992).** 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, M. P. R.. **Construindo a Escola Pública Democrática:** A luta diária de professores numa escola de primeiro e segundo graus. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SPOSITO, M. P.. **A ilusão fecunda:** A luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

SPOSITO, M.P.. Educação, gestão democrática e participação popular. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 15 (1), Jan./Jun.1990, p. 52-56.

VIRIATO, E. O.. **Política Educacional do Estado de São Paulo (1995-1998):** Desconstrução da Escola Pública. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Legislação consultada

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20/12/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei Nº 7.398 de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, e da outras providências.

SÃO PAULO (Estado). **Comunicado SE, de 26 de setembro de 1986**. Esclarece sobre a implantação e implementação dos Grêmios Estudantis. Disponível em: [www.http//lise.edunet.sp.gov.br](http://lise.edunet.sp.gov.br).

SÃO PAULO (Estado). **Comunicado CEI-COGSP, publicado a 27 de novembro de 1987**. Dispõe sobre a criação e implementação dos Grêmios Estudantis nas Unidades Escolares. Disponível em: www.http//lise.edunet.sp.gov.br.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 12.983 de 15 de dezembro de 1978**. . Estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres.In.: <http://lise.edunet.sp.gov.br>

Encaminhado em out./2006
Aprovado em nov./2006

Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Profª Drª do Departamento de Psicologia e
Educação da Faculdade de Filosofia Ciências e
Letras de Ribeirão Preto – USP
Av. Bandeirantes, 3900 - Cidade Universitária
CEP: 14040-901 - Ribeirão Preto/ SP
E-mail: teise@ffclrp.usp.br
